



Pauta do novo esforço concentrado será discutida na 3ª feira

Ibsen propõe novo esforço

As lideranças partidárias se reúnem, terça-feira, para definir a pauta de votação e a data de um novo esforço concentrado. Os líderes querem votar o maior número possível de projetos de lei, além do Orçamento da União para 1991, antes do recesso legislativo, que começa 15 de dezembro. "Esvaziaremos a pauta de qualquer jeito, nem que para isso sejam necessárias sessões dia e noite", afirmou o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS). O PMDB deverá propor aos demais partidos que o esforço concentrado comece no dia 4 de dezembro, se estendendo por duas semanas — até o fim deste período legislativo.

Apesar da intenção dos líderes, somente as pautas da Câmara e do Senado poderão fluir normalmente. Isso porque a pauta de votação do Congresso está presa à apreciação do veto presidencial ao Plano de Custeios e Benefícios da Previdência Social. Na sessão conjunta de terça-feira passada, o veto foi derrubado apenas na Câmara — 264 votos contra 41. No Senado, a apreciação não aconteceu porque faltaram quatro votos para o regis-

tro do **quorum** mínimo — 38 presentes. Como o Regimento Interno exige a apreciação integral de um item da pauta para que o seguinte seja colocado em votação, o projeto de conversão que restabelece a indexação salarial para as faixas mais baixas só será votado, caso os líderes partidários cheguem a um acordo para o veto ao Plano da Previdência.

Política salarial

Na reunião que definirá a data do novo esforço concentrado, os líderes partidários analisarão também as matérias que deverão ser apreciadas ainda nesta legislatura. O líder do PSDB na Câmara, Euclides Scalco (PR), afirma que os itens da pauta deverão ser muito bem escolhidos "para não frustrar ainda mais a opinião pública, que esperava mais do Congresso". Para ele, o Congresso tem de apreciar, ainda este ano, os planos da Educação, da Saúde e da Previdência Social. Além disso, defende a aprovação de uma política salarial e explica: "Se não aprovarmos agora, os trabalhadores ficarão, no mínimo, até março do próximo ano sem uma política salarial".